

A “USP do futuro” será forjada à revelia da “USP do presente”?

Na reunião do Conselho Universitário (Co) de 4/10, o reitor concedeu algumas informações referentes às tratativas e ao contrato firmado entre USP, Comunidades e McKinsey para a realização de uma consultoria que teria por objetivo “examinar dois aspectos da USP: [1] a sua estrutura e gestão, em especial financeira e administrativa” e “[2] estruturar um arcabouço de projeção futura” (fala do reitor). Tratada como “simples informe”, ilustrado por gráficos que mostram a gravidade da crise de recursos na USP, a ação da Reitoria foi descrita como uma decisão administrativa necessária e bem-vinda (vide p. 3).

A fala de M.A. Zago sobre esse assunto, logo no início da reunião, tinha dois objetivos: de um lado, desqualificar os questionamentos da Adusp diante da denúncia anônima recebida (<http://bit.ly/2ecTaUK>), como algo que partiria de “grupos” que pretendem simplesmente criar falsas polêmicas; e de outro, minimizar a gravidade do fato de que a Reitoria assinou, em 28/6, um contrato no qual aceita uma consultoria privada, doada por uma organização social (Comunidades) e remunerada por um grupo denominado “Amigos da USP” (<http://bit.ly/2dMIV7l>), tendo em vista aprimorar a gestão da USP e sua captação de recursos, **sem consultar o Co** — embora este tenha se reunido em 12/7.

Ademais, cabe lembrar que a iniciativa ocorreu sem dar conhecimento ou discutir com a comunidade acadêmica, tendo sido publicada a decisão da Reitoria no *Diário Oficial* somente três dias após a denúncia da Adusp. Zago considerou que o assunto ser tratado na Comissão de Orçamento e Patrimônio (COP), que é composta por sete membros do Co, já seria suficiente.

Mas, como diria o reitor, que mal há em discutir com atores do mundo empresarial e nossos ex-alunos bem-sucedidos os problemas da universidade? Trata-se de uma pergunta muito



capciosa, que tenta induzir quem a escuta a pensar que a denúncia dessas negociações não passa de um modo de “atrapalhar” o trabalho de um grupo que, de forma supostamente legítima, estaria incumbido de buscar alternativas para solucionar os “problemas da USP”, sobretudo sua tão propalada crise financeira.

Portanto, antes mesmo de questionar a natureza e os efeitos da atuação das empresas e entidades envolvidas no contrato firmado com a Comunidades e a McKinsey, duas questões precisam ser trazidas ao debate para que não se incorra no equívoco de conceber com naturalidade essa grave ação da Reitoria.

Primeiramente, é preciso destacar que, em princípio, parece não haver problema algum em que a Reitoria converse com quem quer que seja, nem que busque soluções outras para a crise orçamentária, **já que se recusa a admitir a necessidade de maior aporte financeiro do Tesouro estadual para a USP**. De fato, não há problema algum, desde que tal medida seja transparente e resulte de uma opção tomada de forma coletiva e democrática, sem esquivar-se de procedimentos previstos para a administração pública, como o da devida licitação, quando se trata de contratar consultorias pagas.

A USP é uma universidade pública, os recursos que a sustentam

advêm de toda a sociedade paulista, logo sua gestão não pode ser concebida como a gestão de uma organização privada, cujos proprietários ou conselho de acionistas decidem seus rumos a despeito do que pensa a comunidade que a compõe. (Vale destacar que, em alguns países desenvolvidos, nem mesmo empresas privadas podem tomar suas decisões desse modo.)

As instituições públicas não podem ser administradas sem transparência e sem procedimentos democráticos, sob o risco de que sejam apropriadas ou usadas por interesses privados ou privatistas — e, ainda mais grave, sob o risco de que se afastem de sua essência, que é servir à sociedade e ao aprimoramento do sistema democrático. Isso não é um jogo retórico: isso é, ou deveria ser, um princípio absoluto em uma universidade pública.

Em segundo lugar, a USP é uma instituição produtora de conhecimento, sendo que em todas as suas áreas há pesquisadores com produção científica consistente, relevante e de reconhecimento nacional e internacional. Contudo, não se tem notícias de que especialistas da própria USP tenham sido convidados a se manifestar sobre as questões que envolvem a dita “crise da USP”, ou que a Reitoria apresente como tal. O processo de concepção da “Nova CPA” e do “Estatuto do Docente”, por

exemplo, não contou com nenhum especialista das áreas de políticas educacionais, avaliação docente ou avaliação institucional, só para citar aquelas mais obviamente envolvidas.

Nesse caso da “iniciativa para o equacionamento da crise de recursos”, a busca de soluções passou ao largo dos pesquisadores da área de gestão institucional, gestão pública e mesmo de pesquisadores que se debruçam sobre a análise das relações entre o setor público e privado. **Não haveria, entre nossos quadros, docentes capazes de avaliar e conceber outras alternativas de gestão, inclusive da gestão financeira?**

Não é difícil chegar a essa resposta, todos na USP a conhecemos: os especialistas com produção acadêmica relevante e reconhecida têm sido, invariavelmente, ignorados pela própria Reitoria como interlocutores no debate institucional sobre quais caminhos trilhar para aprimorar a organização e desempenho da universidade seja no ensino, pesquisa, extensão ou gestão.

De fato, as ações da Reitoria tendem a indicar que a “USP do Futuro” será forjada à revelia da “USP do Presente”. E a “USP do Presente”, essa que construímos coletivamente, todos os dias, em salas de aula, laboratórios, na orientação de estudantes e grupos de pesquisa, nos projetos de extensão, nas creches, na Escola de Aplicação, no Hospital Universitário (HU, hospital-escola), na publicação e divulgação dos resultados de pesquisas e reflexões, essa USP possui um valor inestimável, resultado de décadas de trabalho árduo e competente. Não pode ser subsumida a um mero “problema orçamentário” a ser ajustado, corrigido ou, eventualmente, até mesmo eliminado.

É preciso democratizar a USP. É preciso discutir suas diretrizes orçamentárias. É preciso democratizar o acesso a todas as suas contas e lutar por mais recursos públicos.

M.A. Zago acena à esquerda, mas seu discurso exalta empresários, “construtores da sociedade”

Reitoria pediu parecer à PG e CLR antes de submeter ao Co proposta de reinclusão da imagem de Hélio Lourenço na galeria de ex-reitores

Um dos primeiros assuntos tratados na longa reunião do Conselho Universitário (Co) de 4/10 foi a “proposta de reconhecimento do papel do vice-reitor Hélio Lourenço de Oliveira em defesa da autonomia universitária”, encaminhada pela Comissão da Verdade (CV-USP) e cuja única consequência prática foi a reinclusão da fotografia do professor na galeria de ex-reitores da universidade.

Hélio Lourenço, professor da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (FMRP), que assumiu o cargo de reitor, em caráter interino porém efetivo, em outubro de 1968 (quando Gama e Silva, então à frente da Reitoria, tornou-se ministro da Justiça), foi destituído de suas funções e compulsoriamente aposentado pelo Ato Institucional nº 5 (AI-5), em abril de 1969.

O reitor M.A. Zago elogiou a figura de Hélio Lourenço e criticou o regime militar (incorrendo em gafe ao mencionar que se tratou de um “período negro na vida do país e da universidade”), atendendo o pedido sem, contudo, propor qualquer alteração digna de nota no tocante às normas que a USP herdou daquele período — como o Regimento Disciplinar de 1972, reproduzido no Regimento Geral de 1988 e em pleno vigor.

A proposta da CV-USP de reentrar Lourenço na galeria de ex-reitores somente foi submetida ao Co depois de receber parecer da Procuradoria Geral (PG) que declarou a inexistência de “óbices jurídicos” à deliberação desse colegiado sobre o assunto e após aprovação pela Comissão de Legislação e Recursos (CLR). No Co, recebeu 100 votos favoráveis e nenhum contrário, com duas abstenções.

Como havia ocorrido na reunião anterior do Co, em 4/10 novamente o reitor voltou a fazer acenos à esquerda, ao emitir juízos de condenação da Ditadura Militar. Porém, desta vez essas considerações feitas no início da reunião contrastaram com o discurso de cunho programático lido por M.A. Zago no tempo reserva-

do às comunicações do reitor, no qual alinhou-se explicitamente aos valores da livre-empresa, do mercado e do empreendedorismo.

Parceria. O eixo do seu pronunciamento apoiou-se nas premissas de que a Reitoria goza de “apoio maciço” da universidade e de que a USP “tem que ampliar suas relações com os diferentes setores da sociedade”. Embora tenha dado ênfase à necessidade de buscar diferentes setores sociais e diversificar as fontes de financiamento (ou seja: abrindo caminho à captação de recursos privados), M.A. Zago limitou-se a citar a parceria ensaiada com um grupo de empresários, constituído por ex-alunos da USP.

No esforço para descrever de maneira convincente a amplitude dos contatos realizados, o reitor assegurou que os dirigentes da USP têm se encontrado até mesmo com “príncipes”, “favelados”, “prelados” e “artistas”: “Reitor, vice-reitor, pró-reitores temos nos reunido e debatido questões conceituais e práticas da vida acadêmica e da gestão universitária com governadores, ministros, senadores, deputados estaduais e federais, membros do Judiciário, prefeitos, vereadores, federações de setores da economia, diretores de órgãos de pesquisa, de ciência, de tecnologia, reitores de universidades, embaixadores, membros dos movimentos sociais, empresários, diretores de empresas públicas e empresas privadas, nacionais ou multinacionais, reis, príncipes, presidentes de república, favelados, prelados, militares e artistas”.

Emendou com o anúncio de que, na semana anterior à reunião do Co, presidiu, em Santiago de Compostela (Espanha), “uma reunião internacional com mais de 3 mil participantes, entre empreendedores, estudantes, investidores, reitores, artistas, esportistas, ministros de Estado e governantes”, cujo objetivo era “a promoção do conceito de Universidade Empreendedora”.

Acrescentou que, com relação “à meta de estreitar relações com

ex-alunos da universidade”, foram iniciados recentemente “dois programas voltados para o conjunto da USP”, sendo o primeiro deles “a criação de um escritório para incentivar o contato dos nossos ex-alunos”, denominado USP Alumni, o qual no entanto não tem existência oficial (vide <http://bit.ly/2dfolCY>), e o segundo “o programa denominado USP do Futuro” (vide p. 3).

M.A. Zago elogiou os ex-alunos que são “empresários bem sucedidos”, aos quais descreveu como “construtores da sociedade” e dispostos a “ajudar” a USP até mesmo financeiramente: “Seria interessante ouvi-los? Por que não? São pessoas formadas pela nossa universidade e que alcançaram sucesso na sociedade, por meio de atividades altamente construtivas. São construtores da sociedade. São exemplos que queremos ver repetidos entre nossos alunos graduados. Garantem a criação e manutenção de milhares de empregos”.

Pendência. Um assunto que não figurava na pauta terminou por causar aceso debate no Co, quando o reitor referiu-se a uma questão pendente da reunião de 12/7: um destaque na resolução, aprovada naquela oportunidade, que impôs votação eletrônica na eleição de representantes discentes (RD), destaque esse relativo à composição da comissão paritária que acompanhará o processo.

A redação proposta pela Reitoria para o Artigo 222 do Regimento Geral causou protestos imediatos da representação discente, pois, embora o §3º estipulasse a formação de uma comissão paritária, o §4º atribuía exclusivamente ao reitor a nomeação da comissão incumbida das eleições de RD no Co e conselhos centrais, e o §5º exclusivamente aos diretores de unidades a nomeação das comissões encarregadas das eleições de RD de congregações e outros colegiados.

Após ponderações feitas por vários conselheiros, o reitor aceitou que, na comissão eleitoral de dez membros, os cinco discentes sejam indicados pelos RD no Co. Nas unidades as comissões análogas terão seis membros.

PIDV&Nakao. Foram apresentados na reunião, pelo novo coordenador da Administração Geral, Marcelo Dottori, os números oficiais da segunda edição do Programa de Incentivo à Demissão Voluntária (PIDV): serão atendidos 397 funcionários, dos quais 160 de nível básico, 132 de nível técnico e 105 de nível superior. A segunda edição consumirá R\$ 118 milhões. Laboratórios e bibliotecas figuram entre os equipamentos mais prejudicados pelo programa.

Numa intervenção posterior à apresentação da Codage, o professor Marcos Magalhães, representante da Congregação do IME, pediu explicações sobre as dúvidas suscitadas pela aposentadoria como funcionário, no primeiro PIDV, do professor Osvaldo Nakao, atual prefeito do *campus*. O vice-reitor V. Agopyan explicou que Nakao acumulava dois cargos, de professor e de funcionário, e que tal acumulação é “permitida para todo mundo”.

Ainda conforme o vice-reitor: “Ele exerceu o direito de se aposentar como funcionário, respeitando todas as regras. Recebeu a quantia compatível com o seu salário como engenheiro. Só que ele continua como docente”. V. Agopyan negou enfaticamente que Nakao tenha trabalhado na Coordenadoria de Administração Geral (Codage) ou que, de algum modo, tenha influenciado a formulação do PIDV de modo a se beneficiar com o programa.

COP & déficit. O presidente da Comissão de Orçamento e Patrimônio (COP), professor Adalberto Fischmann, apresentou ao Co nova revisão orçamentária, segundo a qual a USP deverá receber do Tesouro estadual R\$ 360 milhões a menos do que o previsto, e encerrará 2016 com *deficit* de quase R\$ 660 milhões.

O Co ainda aprovou título de professor emérito para o ex-reitor José Goldemberg, responsável pela publicação da “lista dos improdutivos” em 1988, e ouviu explanação da coordenadora do escritório USP Mulheres, a professora e ex-senadora Eva Blay, contra a cultura do machismo existente na universidade.

No Co de 4/10 reitor minimiza acordo sigiloso, reage com destempero e defende McKinsey

Na reunião do Conselho Universitário (Co) da USP de 4/10/16, o reitor M.A. Zago leu um longo discurso, no qual procurou justificar a existência do projeto denominado “USP do Futuro” como decorrência do programa “Parceiros da USP” (<http://bit.ly/2dN92PE>), aprovado pelo Co em dezembro de 2015. Tentou minimizar o fato de não haver submetido, ou sequer informado antes, o projeto ao Co. Ele declarou que o convênio com a McKinsey foi “aprovado na COP [Comissão de Orçamento e Patrimônio] em 2 de agosto”.

O reitor disse, ainda, que o trabalho “está em andamento, e obviamente o seu resultado, se entendermos que possa contribuir para melhorar a gestão ou planejamento, será dado a conhecer futuramente às diferentes instâncias da universidade”. Acrescentou: “Como hoje, primeira oportunidade depois desses desenvolvimentos, eu comuniquei [sic] o Conselho Universitário”.

Ele omitiu, porém, que o Termo de Doação firmado entre USP, Comunitas e McKinsey é datado de 28/6 (<http://bit.ly/2dMIV1l>) — anterior, portanto, à reunião do Co de 12/7, que ocorreu sem que M.A. Zago tenha feito qualquer menção ao projeto “USP do Futuro”. Inicialmente, a proposta de “Nova CPA” seria votada pelo Co em 28/6, mesma data, portanto, em que foi assinado o citado Termo. Coincidência que robustece as suspeitas de que existe uma relação de causa e efeito entre as duas iniciativas.

No discurso, M.A. Zago afirmou que o projeto “USP do Futuro” está vinculado à iniciativa da Reitoria de procurar empresários que estudaram na universidade: “Neste caso, visitei pessoalmente alguns ex-alunos da Universidade de São Paulo, todos empresários bem sucedidos, e os convidei a participarem mais ativamente da vida da nossa universidade.

[...] Assim, eles se dispuseram a fazer uma doação para pagar o contrato de uma empresa de consultoria especializada, para examinar dois aspectos da nossa universidade: a sua estrutura e gestão, em especial financeira e administrativa. Todos sabem que

não andamos bem das finanças nos últimos anos. [...] E segundo, estruturar um arcabouço de projeção futura”. Não citou os nomes dos doadores.

Audiência. M.A. Zago explicou a audiência concedida por Geraldo Alckmin como uma deferência aos empresários: “E no dia 5 de setembro, a pedido de nossos ex-alunos, visitamos o governador do Estado para dar conhecimento a ele do projeto e ouvir sua opinião, como estão sendo ouvidas opiniões de numerosos outros atores, internos e externos à universidade”. Não informou quem seriam esses outros atores.

Após declarar que se “surpreendeu” com o fato de que “alguns setores da universidade tenham tratado do tema como se houvesse algo de estranho ou de acobertado neste processo”, o reitor minimizou essa hipótese: “Estive na ordem do dia da COP, como eu disse. A reunião fez parte da agenda, que é pública, do governador do Estado. Esta é a primeira reunião do Co após termos firmado o convênio e os trabalhos se iniciarem”.

M.A. Zago repisou, no discurso e em outros momentos da reunião do Co, que suas ações representam a “vontade majoritária da universidade” e a “opinião dominante na USP”, baseando-se no fato de que o programa “Parceiros da USP” foi aprovado no Co por 81 votos a 10, com duas abstenções. Ele alegou que a universidade “tem que ampliar suas relações com os diferentes setores da sociedade, tanto nas suas ações quanto na busca de financiamento”, e que “as três universidades paulistas terão de buscar modelos de financiamento complementares àquele que garantiu nossa sobrevivência até o momento”.

O reitor classificou a denúncia do projeto como uma “tentativa de provocar intranquilidade e um ambiente de contestação e de conflito na universidade [que] é absolutamente incompatível com o momento atual”. A seu ver, a USP vive um “momento de tranquilidade, de pacificação, de crescimento”.

“Magnitude”. Objeto, ao longo da reunião do Co, de críticas esparsas, embora contundentes,

de representantes discentes e de representante dos funcionários técnico-administrativos, o acordo com McKinsey e Comunitas foi o tema principal da intervenção do representante da Congregação do Instituto de Matemática e Estatística (IME), professor Marcos Magalhães, que cobrou maiores explicações.

“Tive a oportunidade de ler alguns documentos: Acordo de Cooperação, Acordo de Adesão etc. A Reitoria necessita ir além do comunicado que ela distribuiu eletronicamente. Aquele comunicado é insuficiente para a magnitude do que imagino que poderá ser a proposta envolvendo a consultoria”, principiou o docente, após esclarecer que falava em caráter pessoal, pois o IME ainda não concluíra moção que preparava a respeito.

“O que me preocupa pessoalmente é: a McKinsey é uma consultoria de caráter internacional, com uma forte presença principalmente do governo americano, e que cobra não pouco”. Disse imaginar “qual é o tamanho da conta a ser paga” pela Comunitas e registrou que um dos documentos faz menção a “Amigos da USP”, no entanto “não caracterizados como uma organização”.

Prosseguindo, Magalhães ponderou: “Será que não cabia chamar o Conselho Universitário, um dia antes de apresentar ao governador tudo isso, e fazer todo o cerimonial com o governador, que levou lá a Comunitas, que é quem faz a doação do pagamento da consultoria, levou a consultoria... Não cabia o Conselho Universitário receber essas informações e essa discussão?”

O representante do IME explicou não ver problema no fato de a Reitoria “conversar com quem quer que seja segundo as suas convicções”. O que lhe preocupa, esclareceu, é o envolvimento da McKinsey num ambiente em que as empresas de educação, de um modo geral, estão sendo monopolizadas, e grandes grupos econômicos compram universidades privadas: “Me incomoda eu ter uma grande consultoria internacional agindo sem, eventualmente, uma discussão que paire um pouco mais ampla do que o ambiente restrito da Administração central”.

Destempero. O reitor reagiu imediatamente, e com destempero, às críticas formuladas pelo professor Marcos Magalhães: “Eu preciso sim falar. Porque nós ouvimos aqui um discurso que se chama *enrolação*. Que se chama *criar confusão*. Que se chama *levantar suspeitas*. Num ambiente que é absolutamente claro. Se o senhor quer saber qual é o valor, o senhor pega os documentos que estão publicados, porque lá está escrito”. M.A. Zago, porém, não informou qual é o valor — e não se tem notícia até agora de qualquer documento acessível que o informe.

Depois, o reitor procurou mostrar segurança: “Esta Reitoria vai continuar conversando com amigos da USP, com ex-alunos da USP, com empresas nacionais e internacionais. Sim, vai. E não precisa o reitor ser tutelado a cada momento e convocar uma reunião do Conselho Universitário para tratar de um acordo cujo valor está previsto, está divulgado, foi analisado na reunião da COP, como se este fosse um grande acontecimento que vai mudar os caminhos da USP”.

Em seguida, defendeu a McKinsey: “Deve ser uma companhia boa. Deve dar boas sugestões, porque se os empresários estão em geral contratando esta consultoria e pagando bem por ela, ela deve ser interessante. O que eu devo, isto sim, é fazer com que o trabalho caminhe e quando nós tivermos os resultados que mereçam apreciação, trazê-los aqui como eu farei, com esses e com outros assuntos”.

O reitor continuou a defender-se: “Esta tentativa, repetida, de a cada semana e a cada mês descobrir uma coisa secreta, uma coisa exótica, uma coisa condenável que esta Reitoria está preparando não pega, não convence ninguém. Não se esqueça, professor: o reitor tem apoio maciço na comunidade da Universidade de São Paulo” (sobre as opiniões do reitor, **leia p. 1**).

O Informativo Adusp solicitou à Assessoria de Comunicação da USP que lhe envie cópia dos documentos citados pelo reitor e dos quais constaria o valor da contratação da McKinsey pela Comunitas; e cópia do parecer da COP. Até o fechamento desta edição não recebemos resposta.

“Direito à Educação por um fio”

PEC 241 articula outras medidas perversas do governo Temer e implica reforma estrutural do Estado brasileiro, advertem debatedores

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 241/16, com a qual o governo Temer pretende congelar por vinte anos as despesas primárias da União, está longe de ser um simples “ajuste fiscal” e implica, ao invés disso, uma reforma da atual estrutura jurídico-constitucional do Estado brasileiro, com a finalidade de implantar um Estado de tipo liberal e abolir a universalização dos direitos sociais, em especial educação e saúde, previstos na Constituição Federal de 1988. Assim, a PEC 241 representa uma “resposta global” às mudanças em curso no Brasil desde o início da década e que — não obstante problemas e contradições — expandiram gastos sociais e reduziram desigualdades.

Tal avaliação é uma síntese das exposições de Salomão Ximenes e Daniel Cara no debate “O Direito à Educação Pública por um Fio: a PEC 241 em Debate”, realizado em 10/10, no auditório da Faculdade de Educação (FE-USP), e coordenado pelo professor César Minto, presidente da Adusp. No mesmo dia a PEC 241 foi aprovada em primeira votação pelo Congresso Nacional, apesar dos protestos dos movimentos sociais e até de instituições estatais como a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), a Procuradoria Geral da República (PGR) e o Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Professor da Universidade Federal do ABC (UFABC), Salomão Ximenes é doutor em Direito do Estado pela USP. Coordenador geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Daniel Cara é doutorando da Faculdade de Educação (FE-USP).

Cara frisou que a PEC 241 vai gerar desigualdades, não obstante os apelidos simpáticos recebidos da mídia comercial (“PEC do Teto”, “PEC dos Gastos”). “O primeiro ponto é que é impressionante a maneira como esse governo se estabeleceu e a forma como ele encadeia as proposições”, disse, citando como exemplos a votação do projeto que desobriga a Petrobras de atuar no Pré-Sal, da Medida Provisória do Ensino Médio e a tramitação do PLS 204. “A PEC 241 representa, neste sentido, a visão geral desse governo de como atuar

na área econômica e ao mesmo tempo como dar uma resposta global a tudo aquilo que vinha sendo construído pela sociedade brasileira, que com muitos problemas e muitos limites inegavelmente era melhor do que a perspectiva que se apresenta agora”.

“Ultraliberal”. A seu ver, a PEC 241 é uma medida estratégica, que articula todas as outras. “O recado claro é que se o governo aprovar a PEC 241 arruma justificativa para todas as outras maldades”, expressou Cara, baseando-se em análise do conjunto dos discursos, atitudes e da visão que estaria “documentada parcialmente, mas de forma bastante clara”, no documento “Uma Ponte para o Futuro”, que explicita o “projeto ultraliberal” que o PMDB de Temer pretende implantar no Brasil.

Desse modo, o debate sobre a reforma da Previdência já estaria parcialmente definido. “Por quê? Porque sob o teto dos gastos primários, que se determina na PEC 241, dificilmente você vai conseguir manter o sistema previdenciário atual. Você também não consegue manter o crescimento global de matrículas no ensino superior federal”. Ao determinar um teto geral sobre todas as políticas, disse Cara, a PEC fornece uma justificativa global para que o governo tenha total controle do processo orçamentário. Desrespeita até mesmo a autonomia dos poderes na definição orçamentária, alijando o Congresso Nacional.

Ele receia que a PEC 241 leve a um processo “praticamente fratricida” de disputa de recursos do Orçamento da União entre os movimentos sociais ligados à saúde, à educação e à assistência. Isso porque, “segundo a PEC, se eu der mais para a educação eu tenho que tirar da saúde”. A educação, avaliou Cara, é a área cujos recursos mais cresceram nos últimos anos, beneficiada por uma atuação forte e bem estruturada dos movimentos sociais e sindicatos no Congresso Nacional, ao passo que a saúde não conseguiu crescer na mesma proporção.

A PEC 241, advertiu Cara, inviabiliza o Plano Nacional da Educa-



Daniel Garcia

Cara, Ximenes e Minto no debate de 10/10

ção (PNE, lei 13.005/2014), que prevê expansão e qualificação de matrículas. Serão descartadas, assim, as 2 milhões de matrículas a serem criadas no ensino superior público; 3,4 milhões de matrículas nas creches (hoje, só 50% das crianças de zero a três anos têm acesso a creche); 14 milhões de matrículas na alfabetização de adultos.

Maior impacto. “Neste momento vivenciamos a proposta mais organizada e de maior impacto de reestruturação de toda a estrutura jurídico-constitucional do Estado brasileiro”, analisou Salomão Ximenes. “É uma reforma da natureza do Estado brasileiro, feita através de um processo constituinte derivado, portanto, não de uma Assembleia Constituinte, passando por voto popular específico. Os defensores da PEC veem o fato de não termos um processo legítimo instalado, compatível com a mudança constitucional que se propõe, como uma grande oportunidade”.

A PEC 241 estabelece uma “amarras” do gasto primário nos próximos 20 anos. “Do gasto primário excetua-se a despesa financeira, toda despesa com juros ou mesmo despesa cambial. A despesa primária do governo durante vinte anos fica amarrada àquela despesa realizada no exercício de 2016, corrigida pela inflação”, esclareceu. “O que se permite é não mais a expansão do gasto primário, mas tão somente a sua atualização com base no IPCA, até 2036”.

O resultado é a desvinculação daquelas despesas cujos percentuais mínimos foram fixados pela Constituição: “Relativizam-se as garantias de gasto mínimo em educação e saúde, na medida em que prevalecerá, no limite, a atualização com base no IPCA. Ou seja: no caso de a despesa baseada na arrecadação de impostos superar o va-

lor gasto no ano passado, corrigido pelo IPCA, vale o valor gasto no ano passado, corrigido pelo IPCA, e deixa de valer nestas situações a garantia constitucional mínima de despesas em educação e saúde”.

“Publicidade”. A PEC 241, avalia Ximenes, “também precisa ser lida dentro de um movimento mais amplo, que há pouco tempo era contra-hegemônico e hoje toma uma certa hegemonia, de ataque à escola pública e às universidades públicas”. No seu entender, “a PEC não é um ajuste fiscal, não é um ajuste econômico”, sendo tais expressões mera “publicidade governamental para sua aprovação”, ainda que exista de fato uma crise de arrecadação e de pagamento. “Mas o que está em jogo não é exatamente um ajuste um pouco mais pesado. O que está em jogo é uma mudança da própria estrutura de reconhecimento dos direitos sociais fundamentais: a seguridade, a educação e a saúde no Brasil”.

Assim, prosseguiu, a PEC 241 “é uma ampla reforma que busca deslocar a proteção social da Constituição de 1988 para um tipo de Estado social de caráter liberal”, vinculada à ideia de estabelecer um Estado social pró-mercado: “O Estado atuaria nesse modelo unicamente na garantia gratuita de serviços de educação, saúde e assistência aos comprovadamente pobres. Essa é a ideia do Estado social liberal, que é contrária a qualquer ideia ou propósito de universalidade inscrito na Constituição de 1988”. A “reconversão” promovida pela PEC 241 geraria, por sua vez, um “efeito sinérgico” em relação a duas outras agendas em disputa no campo educacional: a da privatização e a do controle ideológico.

O debate de 10/10 e matérias sobre a PEC 241 estão disponíveis em www.adusp.org.br